



## AS REAÇÕES AMERÍNDIAS AO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO, SEGUNDO FLORESTAN FERNANDES

Sandoval dos Santos Amparo

---

### Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar três tipos de reações ameríndias ao processo de conquista territorial no Brasil, com base em Florestan Fernandes, Ruy Moreira e Rogério Haesbaert. Assim, na primeira parte discorro sobre o processo de disponibilização territorial, para em seguida, apresentar as reações ameríndias, isto é, os processos de a) *preservação da autonomia*, b) *submissão* e c) *reterritorialização*. A importância da compreensão histórico-geográfica destas três formas de reação decorre do fato de que todas elas se mostram contemporâneas, estando presente nas formas de reação de um ou outro grupo/nação indígena em relação ao avanço do processo de territorialização.

**Palavras-Chave:** Nações Indígenas, Reterritorialização, Submissão, Conquista.

### Abstract

This paper presents three types of Amerindian reactions to the process of territorial conquest in Brazil, based on Florestan Fernandes, Ruy Moreira and Rogério Haesbaert. Thus, in the first part, I discuss the process of territorial availability, and then present the processes of a) *preservation of autonomy*, b) *submission* and c) *reterritorialization*. The importance of the historical-geographical understanding of these three forms of reaction stems from the fact that all of them are contemporary today, being present in the way to reaction of one or another indigenous group/nation in relation to the advancement of the territorialization process.

**Keywords:** Indigenous Nations, Reterritorialization, Submission, Conquest.

### APRESENTAÇÃO: DA DISPONIBILIZAÇÃO TERRITORIAL

24

Segundo o Prof. Ruy Moreira, a forma de organização geográfica atual brasileira tem sua origem “na disponibilização que fatia o espaço indígena em grandes domínios de propriedade, instituindo a colonização portuguesa à base de um poder do colono a um só tempo fundiário, territorial e político<sup>1</sup>”.

Terra, território e senhorio político num tripé formam, desde então, a estrutura de espaço sobre a qual se ergue a sociedade do Brasil. O centro de referência desta logística é o arranjo de espaço que combina a fazenda e a cidade, à que mais tarde se acrescenta a fábrica, como os entes geográficos por excelência da vida política no país<sup>2</sup>.

Para o autor, este arranjo é organizado por uma economia política do espaço na qual a *renda diferencial* é frequentemente transformada em *Lei de Rendimentos Descrescentes* e “se combina em escala com uma forma-valor no começo pré e depois capitalista”<sup>3</sup>. Essa combinação responde “pelo formato padrão de estrutura geográfica da fazenda, da fábrica e da cidade” e assim “da ordenação do conjunto do espaço”. Assim, segundo Moreira,

...o colono português encontra o território que irá transformar em colônia povoado por uma diversidade de tribos indígenas cuja soma chega a uma população de mais de cinco milhões de habitantes. Espaço e força de trabalho, aí estão reunidos. Há então que disponibilizá-los para o projeto colonial. A começar pela disponibilização do espaço. Os três primeiros séculos serão dedicados a essa tarefa de disponibilização, realizada por intermédio de uma ação simultânea de expropriação e realocação territorial das tribos indígenas. A *expropriação* será tarefa dos bandeirantes. A *realocação*, dos jesuítas. Disponibilizado, o espaço pode agora ser ocupado pelo colono. E a população indígena dele despojada, usada como força de trabalho. O critério e forma de distribuição vem com a lei das Sesmarias<sup>4</sup>.

No entanto, esta disponibilização não foi pacífica, pois os indígenas não cederam seus territórios espontaneamente aos invasores coloniais, nem com ele estabeleceram alianças i-mediatas<sup>5</sup>. Segundo Florestan Fernandes “ainda hoje mantém-se o ‘mito’ de

---

<sup>1</sup> Moreira, 2015, p. 11.

<sup>2</sup> *Idem*.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> *Idem*. Grifo meu.

<sup>5</sup> Uma possibilidade de compreender esta mediação encontra-se justamente na troca de objetos materiais entre indígenas e forasteiros. Como se sabe, não apenas determinados objetos tem um papel “mágico” no na mediação das relações cósmicas no universo ameríndio, atribuído pelos mitos (Levi-Strauss, 2003; Viveiros de Castro, 2018). Por *meio* dele (os objetos, produtos, mercadorias, etc.) – os indígenas são submetidos (pelo fetichismo da mercadoria) ao conusmo e, portanto, à troca desigual com o colonizador que agora é um indigenista (ou ongueiro) brasileiro, ambos representantes mais diretos de nosso modelo de sociedade nas aldeias, e com produtos cada vez mais sofisticados – o *projeto*, por exemplo, é uma

*que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização*<sup>6</sup>. O trabalho foi escrito na década de 1960.

A ideia de que [os indígenas] estavam em um nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção. Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, [os indígenas] foram inimigos duros e terríveis, que lutaram arduamente pelas terras, pela segurança, pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente. O desfecho do processo foi-lhes adverso. Mas nem por isso deve-se ignorar que esse processo possui duas faces. Nós temos vivido da face que engrandece os feitos dos portugueses, alguns incríveis, vistos de uma perspectiva moderna. Porém, se houve heroísmo e coragem entre os brancos, a coisa não foi diferente do lado dos aborígenes. Apenas o seu heroísmo e a sua coragem não movimentaram a história, perdendo-se irremediavelmente com a destruição do mundo em que viviam<sup>7</sup>.

Para Florestan Fernandes, no entanto, “o estudo da evolução da situação de contato põe em evidência as considerações dentro das quais o sistema organizatório tribal podia reagir construtivamente à presença dos brancos”<sup>8</sup>.

Enquanto estes eram pequeno número e podiam ser incorporados à vida social aborígene ou se acomodavam às exigências dela, nada afetou a unidade e a autonomia do sistema social tribal. Essa situação manteve-se onde os brancos se limitavam à exploração de produtos que podiam ser permutados com os índios, especialmente o pau-brasil. O intercâmbio econômico, nestas condições, não exigia a permanência de grande número de estranhos nos grupos sociais, o que dava aos nativos, a possibilidade de impor sua autoridade e seu modo de vida. Os brancos viviam nos grupos locais, literalmente sujeitos à vontade dos nativos; ou, se agrupavam nas feitorias, dependendo tanto da alimentação quanto da segurança do que decidiam fazer os “aliados” indígenas. Os contatos dos Tupi com os franceses sempre se fizeram segundo este tipo de relação<sup>9</sup>.

Mas, a partir de 1533, aproximadamente, os portugueses puderam alterar, em várias regiões ao mesmo tempo, o *caráter* de seu contato com os indígenas, “*subordinando-os a um padrão de relação mais favorável aos designios de exploração colonial da terra, dos recursos que ela possuía e dos moradores nativos*”<sup>10</sup>.

---

destas mercadorias. Neste sentido, o fetichismo marxista não está tão distante do mágico que opera a escala cósmica no indígena (Amparo, 2019).

<sup>6</sup> Fernandes, *op. cit.* p. 35.

<sup>7</sup> *Idem.*

<sup>8</sup> *Ibidem.*

<sup>9</sup> *Ibidem.*

<sup>10</sup> *Ibidem.*

Isso se deu com a adoção dos regimes das donatarias. As transformações daí resultantes, no trato com os indígenas, acentuaram-se ainda mais com a criação posterior do Governo Geral. Subverteu-se o padrão de relação passando a iniciativa e a supremacia para a mão dos brancos, que transplantaram para os trópicos o seu estilo de vida e suas instituições sociais<sup>11</sup>.

A colonização inaugura a instalação de um Estado despótico (o *soberano* ou seu eminente delegado, por exemplo: um juiz, policial ou *indigenista*). Ela mobiliza, assim, o poder atribuído a seus “delegados”, como apontam Deleuze & Guattari (2010), quais sejam: a tecnocracia e a *intelligentsia* (Lefebvre). Tecnocracia e *intelligentsia*, em suma, os agentes delegados, substituem o genro ou os cunhados nas comunidades ameríndias, de modo que por meio da imposição da técnica e do consumo (ou melhor, da mediação que o consumo realiza), se apropriam da *dívida* que os diferentes corpos-sujeitos da aldeia tinham para com o antigo regime econômico, cujas relações eram, como demonstraram os etnólogos clássicos, a economia da dádiva, isto é: o serviço da noiva e os diferentes regimes de aliança e filiação que fundam as “comunidades de substância” ordena a sociabilidade das aldeias (Viveiros de Castro, 2003; Deleuze & Guattari, 2010). A tecnocracia estabelece também uma ruptura na forma de acesso aos ganhos (a *mais-valia*) da terra, impondo uma nova “*mais-valia-de-código*” por meio do tributo<sup>12</sup>, naturalizado na medida em que o próprio Estado é visto como entidade geográfica sagrada<sup>13</sup>.

Com isso, a colonização naturaliza sua relação social para, por meio dela, construir uma ligação “natural” ao solo, agora pátrio<sup>14</sup>. No caso latino-americano, esta relidade é válida particularmente a partir dos processos de Independência levados a cabo pelas elites criollas, as quais estiveram fortemente engajadas na construção de ideologias de “identidade” e “unidade” nacional. Em todo caso, o Brasil é uma exceção, na medida em que o país se torna independente como Império. Já o processo de independência Haiti é geralmente desconsiderado pelo fato de ter sido levado a cabo por negros e não por elites criollas. O que se pretende, portanto, é o apagamento de Toussaint<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> *Ibidem*,.

<sup>12</sup> D & G, *op. cit.*, p. 203.

<sup>13</sup> Marx, 2003; Raffestin, 1992.

<sup>14</sup> Raffestin, 1992

<sup>15</sup> Porto-Gonçalves, 2003; Lander, 2005.

Florestan Fernandes aponta que “o sistema organizatório tribal teve que corresponder a exigências sociais que provinham da formação de um sistema social mais complexo e absorvente”, cujo código “impunha uma posição subordinada e dependente às comunidades aborígenes<sup>16</sup>”. “Tribos autônomas<sup>17</sup>”, deste modo, “convertiam-se em camadas sociais heteronômicas de uma sociedade organizada com base na estratificação interétnica” (no caso brasileiro, a dominação dos índios pelos portugueses). Assim, à territorialização imposta pela Guerra de “Conquista”, Florestan aponta três formas básicas de reação indígena<sup>18</sup>:

- a) **A preservação da autonomia tribal** por meios violentos, à qual *tendia*, nas novas condições, para a expulsão do invasor;
- b) **A submissão** nas duas condições indicadas, de “aliados” e de “escravos”;
- c) **A reterritorialização**, que implicava a adoção de meios passivos, assumindo a feição de “guerra ecológica” (Fernandes), isto é, de migrações para as áreas em que o invasor colonial ainda não pudesse exercer dominação efetiva.

Essas três formas de reação ocorreram, de fato, contribuindo para a modelar os contornos assumidos pela civilização luso-brasileira. Vejamos a seguir, cada uma delas de maneira mais detalhada.

## A PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA

*A preservação da autonomia por meios violentos, “à qual teria de tender, nas novas condições, para a expulsão do invasor branco”;* é a primeira forma de reação apontada por Fernandes. Os exemplos de contra-espacos mencionados por Fernandes são a “Confederação dos Tamoios”, tomadas desde os relatos dos Padres Nóbrega e Anchieta. A importância histórica desta rebelião, segundo Fernandes, “*provém de comprovar que as populações aborígenes tinham capacidade de opor resistência organizada aos intuídos conquistadores dos brancos*<sup>19</sup>”, revelando seu aspecto militar.

---

<sup>16</sup> Fernandes, *op. cit.* p. 35.

<sup>17</sup> Termo utilizado por Fernandes.

<sup>18</sup> *Ibidem.*

<sup>19</sup> *Ibidem.*

No entanto, em relação ao governo [despótico], *“revela a inconsistência do sistema organizatório tribal para atingir semelhante objetivo”*.

O êxito da Confederação dos Tamoios foi, deste modo, parcial e efêmero<sup>20</sup>. As fontes de funcionamento eficiente da sociedade tribal impediram a formação do sistema da solidariedade supratribal, exigido pela *situação*. As *alianças* fragmentaram-se e a luta contra o invasor retomou ao antigo padrão dispersivo, que jogava índios contra índios, em benefício dos invasor despótico-colonial. É que os laços de parentesco, que promoviam a unidade das tribos, engendravam rivalidades insuperáveis, mesmo em ocasiões de emergência, no âmbito mais amplo da cooperação intertribal<sup>21</sup>.

A Confederação dos Tamois logrou êxito, segundo Fernandes, porque “a devastagem tecnológica” dos indígenas pôde ser amplamente compensada pela “preponderância demográfica” e “*pela iniciativa de movimentos, combinada ao ataque simultâneo a diversas posições dos brancos, do litoral ao planalto*”<sup>22</sup>. Nos diz Fernandes, “*tudo parecia indicar que os brancos seriam varridos da região*”<sup>23</sup>.

Para Moreira, por sua vez, “*a Confederação dos Tamoios é de duração curta e territorialmente não vai além da extensão florestal e montanhosa que se estende da franja costeira entre o Rio de Janeiro e São Paulo*”. Auto-designando-se “os mais antigos habitantes” (sentido simbólico de “tamoio”), “*a Confederação é um movimento de requisição do domínio territorial retirado dos índios*”. Seus motivos são, segundo Moreira, o fato de que a “*escravização do trabalho do índio, correlato da disponibilização do seu espaço, mostra a este o sentido nefasto do processo de vinculação terra-território-Estado da dominação colonial, de que já é vítima*”. Assim, é a compreensão do significado desse vínculo (com a Terra), nos diz Moreira, que “*move os índios contra a pesada intervenção do Estado colonial português em defesa desse modelo de geografia da dominação*”<sup>24</sup>.

Moreira destaca, ainda, que diferentemente da Confederação dos Tamoios, a “Confederação dos Tapuios (...) tem duração mais longa” e “maior espraiamento territorial”, sendo “*uma guerra de movimentos por dentro da caatinga seca e*

---

<sup>20</sup> Moreira, 2015.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.36.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> *Ibidem*.

<sup>24</sup> Moreira, 2015b, p. 143.

*espinhenta, de inteiro conhecimento indígena, quando a lei territorial já é uma prática efetiva*”, contra a qual a Coroa portuguesa usou de todos os recursos de repressão de que dispunha, embora fizesse acenos para uma negociação “via a paz do aldeamento”. Os índios tapuios, “um grupo étnico de hábitos nômades” (Jê? <sup>25</sup>), “*radicalizam suas lutas, uma vez que veem o território como uma clara relação de liberdade de modo de vida e movimentos, cerceados pelo recorte do sertão em numerosas fazendas de gado*”, sendo, no entanto, derrotados<sup>26</sup>.

Atualmente diversos grupos praticam políticas de autonomia territorial, como os Munduruku (no Pará), que realizam patrulhas territoriais de combate a garimpos e desmatamento; ou os Urubu-Kaapor (Maranhão), que vem buscando implantar seu próprio modelo de autonomia, estabelecendo alianças com médicos, professores e outros profissionais que apoiam abertamente os direitos territoriais indígenas, reconhecendo a ilegitimidade da Guerra de Conquista (Amparo, 2019). Não dispondo de maiores informações, mas apenas de relatos e notícias, o Projeto Munduruku tem um forte viés de *defesa* territorial, ao passo que a perspectiva Urubu-Kaapor a ele acrescenta um viés ontológico, no sentido de pensar a situação atual da nação Kaapor em relação a sua situação contemporânea, isto é, diante de sua proximidade com o Brasil (parafraseando Carlos Walter Porto-Gonçalves em relação à Amazônia).

## A SUBMISSÃO

*A submissão* nas condição de “aliados”, “servos” e “escravos” foi a segunda forma de reação indígena. Segundo Florestan Fernandes, “ela foi posta em prática pelos Tupi em todas as regiões do país”, às vezes, “sob o influxo dos jesuítas” e de “garantias formais” das autoridades; ou ainda, como “decorrência da derrota em guerras justas”<sup>27</sup>. Quando voluntária a submissão “*equivalia, em ritmo lento, ao extermínio puro e*

---

<sup>25</sup> Pelas características descritas tanto por Fernandes quanto por Moreira, tudo indica que os Tapuios que opuseram resistência aos portugueses eram indígenas ligados ao grupo Macro-Jê, atualmente dispersos por várias regiões do Brasil, do Nordeste ao Sul, mas sobretudo no Centro-Oeste. Vários destes grupos relatam sua origem remota em áreas semiáridas, de um tempo histórico-mítico anterior à lenda da Árvore Mitológica do Milho Gigante, conto similar à nossa Torre de Babel, de que teria resultado a separação dos povos Jê. Este mito/estória é igualmente comum a diversos grupos e é vastamente descrita por etnólogos como Claude Levi-Strauss e Terence Turner, dentre outros. Ver Amparo, 2015.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 142-3.

<sup>27</sup> Fernandes, *op. cit.* p. 35.

*simples*”, o que decorre da erosão gradual do código ameríndio, em função do deslocamento do significante, de Terra-mãe para o Estado-pai (pátrio) e seu regime econômico reordenador (ou *sobreordenador*) da ordem política, econômica e social. Para Fernandes, a submissão tem “consequências aniquiladoras” da unidade tribal<sup>28</sup>, já que a mudança do significante de “corpo pleno da Terra(-mãe)” para território pátrio, *corpo do Déspota*, logo degrada e, por fim, declara caducidade do código ameríndio (Deleuze & Guattari, 2010).

Os efeitos da *destribalização* (que iam da seleção letal nas populações aborígenes à perda do interesse pela vida), as doenças contraídas nos contatos com os brancos e a escassez frequente de víveres, somadas aos inconvenientes do trabalho forçado de toda espécie, inclusive na guerra, faziam com que o regime imposto de vida operasse como um sorvedouro de seres humanos. O caráter e as consequências dos contatos de povos diferentes dependem, entre outros fatores psicossociais e socioculturais, da maneira pela qual eles se organizam socialmente. A influência ativa da organização social nas relações de povos em contato (transitório, intermitente ou permanente) revela-se, principalmente, sob dois aspectos: *estatisticamente*, pela capacidade de manter, em situações sociais mais complexas e estáveis, a integridade e a autonomia da ordem social estabelecida; *dinamicamente*, pela capacidade de submeter as situações sociais emergentes a controle social eficiente, mediante a reintegração estrutural e funcional do padrão de equilíbrio inerente à ordem estabelecida.<sup>29</sup>

Assim, a submissão implica a assimilação dos corpos indígenas, moldando-os, conforme a racionalidade e o sentido de sujeito que é dado pelo conteúdo do código despótico-colonial, através de seus regimes biopolíticos de disciplina, subjetividade e sujeição, resultando numa “maquinação de corpos” que visa à máxima extração de sua potência virtual. Como sintetizou o geógrafo Maurício de Abreu, um ordenamento de terras e pessoas (Abreu, 1998). Foi no intercâmbio assim estabelecido “entre os nativos e os portugueses”, diz Fernandes, “*que surgiu uma população mestiça, capaz de dar maior plasticidade ao sistema social em formação e de contribuir para a preservação de elementos culturais herdados dos indígenas*”<sup>30</sup>.

## A RETERRITORIALIZAÇÃO

---

<sup>28</sup> *Ídem*.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.. 37.

A terceira forma de reação indígena foi a *reterritorialização*. Entretanto, esta tinha, já no século XVI eficiência meramente temporária, diante da expansão territorial por meio da renda diferencial da terra e, ainda, de processos de acumulação originária, de modo que os indígenas tinham que fugir constantemente “*devido à grande mobilidade das ‘entradas’ e ‘bandeiras’ dos portugueses, como nos atestam os relatos de Thevet, Frei Vicente de Salvador, Gabriel Soares, os jesuítas etc*”<sup>31</sup>. No entanto, nos diz Fernandes, a reterritorialização constitui a “*maneira típica de acomodação, desenvolvida pelos nativos na tentativa de controlar os efeitos da invasão*”<sup>32</sup>.

Trata-se, assim, de um controle “de natureza passiva”, que “transforma o isolamento em fator de defesa da autonomia tribal”<sup>33</sup>. Apesar disso, “*pressupunha certo conhecimento, por parte dos indígenas, da sequência de acontecimentos associados ao domínio do branco e o propósito de evitá-los*”<sup>34</sup>. Trata-se daquele “fechamento” que visa a garantir a continuidade da comunidade (Haesbaert, 2015).

A reterritorialização implicava, para os indígenas, a preservação da autonomia tribal, ainda que, como nos diz Fernandes, “por meios passivos”, sua estratégia assumiu a feição “*de migrações em direção a áreas cada vez mais interiores distantes da expansão colonial*”<sup>35</sup>. Isto nos dá uma boa ideia da intensificação dos processos de mobilidade territorial das nações indígenas – leia-se des-territorialização e re-territorialização – a que foram submetidas as nações indígenas a partir do século XVI.

A territorialidade forjada na mobilidade é muito presente na etnografia ameríndia<sup>36</sup>. Segundo Florestan Fernandes, a mobilidade territorial dos indígenas “*no espaço era relativamente grande. Essas atividades eram realizadas sem nenhuma tentativa de preservação ou restabelecimento de equilíbrio da natureza*”<sup>37</sup>.

Por isso, a exaustão relativa das áreas ocupadas exigia tanto o deslocamento periódico dentro de uma mesma região quanto o abandono dela e a invasão de outras áreas, consideradas mais férteis e ricas de recursos naturais. O que quer dizer que a migração era utilizada como uma técnica de controle indireto da natureza pelo homem. Quando se rompia o equilíbrio entre as necessidades

---

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>35</sup> Fernandes, *op. cit.* p. 35.

<sup>36</sup> Ela foi abordada, por exemplo, abordamos em dissertação de mestrado de Amparo (2010, publicada em livro em 2015). Neste trabalho há uma longa lista de referências sobre o tema da mobilidade indígena no Brasil.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 31.

alimentares e os recursos proporcionados pelo meio natural circundante, as populações se deslocavam de um modo ou de outro. Em suma, a Terra constituía o seu maior bem<sup>38</sup>.

Estamos diante assim, tanto de fenômenos de desterritorialização tanto *relativa* e quanto *absoluta*, que compeliram as *nações* ameríndias a uma territorialidade forjada na mobilidade. Para Haesbaert, a desterritorialização relativa “*diz respeito ao próprio socius, (...) é o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização*”. A desterritorialização absoluta, por sua vez, “*remete ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível*”. No entanto, diz Haesbaert, “*os dois processos se relacionam e se perpassam*”<sup>39</sup>.

A *fuga*, em direção ao por do sol, é em direção ao devir... O isolamento como alternativa, corresponde a um tipo de *fechamento* territorial. Aqui recordamos a posição de Sack, lembrada por Haesbaert, aquela na qual o território ou agenciamento territorial, se constitui “*como controle de processos sociais pelo controle de acessibilidade através do espaço*”, sendo, como afirma o autor, “*imprescindível verificar o quanto este controle muda de configuração e de sentido ao longo do tempo*”<sup>40</sup>. De acordo com o grupo e/ou a classe social, nos lembra Haesbaert, “*o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica*”<sup>41</sup>.

O isolamento como alternativa, segundo Fernandes, “*sob vários aspectos, representa a modalidade de reação à conquista mais consistente com as potencialidades dinâmicas do sistema organizatório tribal. Ela deslocou a luta pela sobrevivência e pela autonomia tribal para o terreno ecológico*”<sup>42</sup>. Ele conclui que os Tupi pagaram “elevado preço” por tal solução, tendo que “adaptar-se, progressivamente, a regiões cada vez mais pobres”<sup>43</sup>. Entretanto, conseguiram, “*pelo menos parcialmente, combinar o isolamento à preservação de sua herança biológica, social e cultural*”<sup>44</sup>.

---

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> Haesbaert, 2010, p. 130.

<sup>40</sup> *Ídem*, p. 96.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>42</sup> Fernandes, *op. cit.* p. 38. Uma noção de “equilíbrio”, sem dúvida, idealizada.

<sup>43</sup> *Ídem*, p. 31-9.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

Chama atenção aqui, o que Fernandes chama de “guerra ecológica”, noção está muito próximo da ideia de “vida no trânsito”, ou de reterritorialização que se forja na mobilidade, como Haesbaert explorou bastante através da sua noção de *transterritorialidade*.

Recorde-se, de qualquer modo, a territorialidade da colonização, os aforamentos, etc.. A expansão da territorialização pela renda diferencial da terra<sup>45</sup> evoca uma das reflexões de Deleuze & Guattari de maior relevância para a Geografia e as Ciências Sociais, lembrada por Haesbaert. É que, ao contrário da maioria das interpretações, “*que vêem o Estado como uma espécie de ‘fundador’ da territorialização*”<sup>46</sup>, pelo menos em seu sentido moderno, “*para Deleuze & Guattari o surgimento do Estado representa o primeiro grande movimento desterritorializador*”<sup>47</sup>. Assim, afirma Haesabert,

Estamos diante de uma perspectiva interessante, uma vez que a Geografia e a Ciência Política sempre trabalharam com a idéia do Estado Territorial(izador), ligado ao controle político, jurídico, administrativo e militar, e articulado através de um determinado território. Este entendimento parece demonstrar a ambiguidade da noção de territorialidade<sup>48</sup>.

A esta concepção do estado como agente desterritorializador, pode-se acrescentar a perspectiva foucaultiana da biopolítica, segundo a qual cada um de nós consistimos em pequenos focos de poder e por isso somos submetidos a regimes disciplinares, cuja finalidade é moldar os nossos comportamentos, hábitos de consumo e, conseqüentemente, nossos modos de ser e existir no mundo (Foucault, 1980).

## PALAVRAS FINAIS

As três formas de reação indicadas por Fernandes, de certo modo, estabelecem ainda hoje os contornos territoriais assumidos pelos indígenas diante do novo regime formal imposto pelas *praxes territoriais* ibéricas no Brasil (o *foro*), a terra juramentada<sup>49</sup>. A expansão diferencial da renda da terra que passou a vigorar

---

<sup>45</sup> Moreira, 2015;Oliveira, 2008

<sup>46</sup> D & G, 2010, p. 137.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>49</sup> Abreu, 1997

*imediatamente* após a instalação do código colonial (preações e reduções) correspondeu a um regime de *acumulação originária* que era, já no século XVI, a disponibilização da Terra não para os que nela vivem, seus próprios “filhos”: índios, posseiros, quilombolas, camponeses sem propriedade formal, as chamadas comunidades tradicionais; mas para aqueles que tivessem recursos suficientes para gerar um regime de acumulação de capital<sup>50</sup>, situação que pouco se modificou ao longo de cinco séculos<sup>51</sup>. Como diriam Deleuze & Guattari, a Terra-mãe, ou o Corpo Pleno da Terra-Mãe, *Patchamama*, devém “corpo” do déspota, território, Estado Territorial Moderno-Colonial, *Pátria*.

As indicações de Florestan Fernandes esboçam um quadro possível e bem definido sobre as reações do índios em geral (e dos Tupi, em particular), “em suas relações com os brancos”. Elas descrevem o impacto da territorialização sobre a organização social indígena. Para ele, “*enquanto as situações eram simples, o sistema organizatório tribal continuou a funcionar normalmente, mantendo as condições que asseguravam o equilíbrio e a autonomia da vida social aborígene*”<sup>52</sup>. Entretanto, “*quando as situações complicaram, o sistema organizatório tribal não se diferenciou internamente, modificando-se com elas*”<sup>53</sup>, mantendo-se “*relativamente rígido e impermeável às exigências impostas pelo crescente domínio dos brancos*”<sup>54</sup>.

De qualquer modo, o que importa é oferecer subsídios para compreender que os indígenas não se deixaram dominar pacificamente, por meio de alianças com os portugueses, como sugere os arautos da historiografia oficial. Antes, eles opuseram ao menos três tipos de reações, as quais parecem ser do maior interesse dos geógrafos, sobretudo pela implicação territorial do processo de conquista na territorialidade dos indígenas;; bem como pela possibilidade de persistirem enquanto resíduos no imaginário político ameríndio atual, vide os casos citados Munduruku e, sobretudo, Urubu-Kaapor, dentre diversos outros povos/nações que, de certa forma, tem buscado a constituir projetos de autonomia territorial no interior de suas áreas demarcadas.

---

<sup>50</sup> Abreu, 1997.

<sup>51</sup> Oliveira, 2007

<sup>52</sup> Fernandes, op. cit., p. 38.

<sup>53</sup> *Idem*.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de. “A apropriação do território no Brasil colonial”. In.: CASTRO, Iná Elias, GOMES Paulo César & CORRÊA, Roberto Lobato, *Explorações Geográficas* (197-245), Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.
- AMPARO, Sandoval dos Santos. *Da Ordem Cósmica à Desordem Territorial: A Geograficidade Ameríndia no Chão de Abya Yala ou América Latina*. PPGeo-UFF (Tese de Doutorado), Niterói, 2019.
- . Sobre a Organização Espacial dos Kaingáng, Uma Sociedade Indígena Jê meridional. Editora Multifoco/Mil Palavras, Rio de Janeiro, 2015.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *O anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 1*, (p. 200), 1ª ed, Editora 34, São Paulo, 2010.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil* (p. 63-4), 3ª ed., Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*, 2ª Ed., Editora Global, São Paulo, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. *Viver no Limite*, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2015.
- . *O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialidade*. Editora Betrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.
- LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Colección Sur-Sur, CLACSO – Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.
- LEFEBVRE, Henry *Espaço e Política*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008. Trad. Sergio Martins & Margarida Andrade.
- . *O direito à Cidade*, Editora, Centauro, São Paulo, 2001.
- MOREIRA, Ruy. *Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil: Constituição e Problemas de Relação*, Editora contexto, São Paulo, 2015.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*, FFLCH-USP, São Paulo, 2007.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Ed. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2008; BAINES, Stephen. “Imagens de liderança indígena e o programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia”. In: *Revista de Antropologia*, V.43, N. 2, São Paulo, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*, 3ª ed., Contexto, São Paulo, 2010.
- . “Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In.: CECÊNA, A. E. & SADER, E. *La Guerra Infinita: Hegeomina y Terror Mundial* (p. 217-256), CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2002.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*, Ed. Ática, Campinas, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. Ed. Cosac Naify, São Paulo, 2002.

----- . *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. Ubu Editora/ N1 Edições, São Paulo, 2018.

---

**Informações sobre o autor:**

Sandoval dos Santos Amparo

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Pará, doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

Enviado em: 01/08/2020 e aceito em: 22/03/2021.